

SUMÁRIO

Capítulo 1 – História do Direito Processual Civil	25
1.1 Evolução histórica geral	25
1.2 Evolução histórica no Brasil.....	26
1.3 Evolução das teorias sobre o processo	27
Capítulo 2 – Caracterização do Direito Processual Civil	29
2.1 Denominação	29
2.2 Conceito	29
2.3 Abrangência	29
Capítulo 3 – Posição enciclopédica do Direito Processual Civil	31
3.1 Natureza jurídica do Direito Processual Civil.....	31
3.2 Relações do Direito Processual Civil com outros ramos do Direito	32
3.3 Direito Processual Constitucional	32
Capítulo 4 – Fontes do Direito Processual Civil	37
4.1 Conceito	37
4.2 Classificação.....	37
4.3 Fontes formais do Direito Processual Civil	37
4.3.1 Constituição	38
4.3.2 Leis.....	38
4.3.3 Normas internacionais.....	40
4.3.4 Regimentos internos.....	41
4.3.5 Jurisprudência.....	42
4.3.6 Costumes	44
Capítulo 5 – Interpretação, integração e eficácia do Direito Processual Civil	45
5.1 Interpretação.....	45
5.2 Integração	48
5.3 Eficácia e aplicação	51
5.4 Eficácia no tempo	52
5.5 Eficácia no espaço.....	56

Capítulo 6 – Princípios	58
6.1 Conceito	58
6.2 Funções.....	58
6.3 Princípios do Direito Processual Civil.....	59
Capítulo 7 – Formas de solução dos conflitos	70
7.1 Introdução	70
7.2 Autotutela.....	70
7.3 Autocomposição.....	71
7.3.1 Negociação.....	71
7.3.2 Conciliação e mediação.....	72
7.3.3 Autocomposição na administração pública.....	77
7.4 Heterocomposição	79
7.4.1 Arbitragem.....	79
7.4.2 Jurisdição estatal.....	88
7.5 Formas alternativas de solução de conflitos.....	88
Capítulo 8 – Poder Judiciário	91
8.1 Organização do Poder Judiciário.....	91
8.2 Garantias e vedações.....	93
8.3 Supremo Tribunal Federal	93
8.4 Conselho Nacional de Justiça	95
8.5 Superior Tribunal de Justiça	97
8.6 Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais.....	99
8.7 Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Juízes do Trabalho	99
8.8 Tribunais e Juízes Eleitorais.....	100
8.9 Tribunais e Juízes Militares.....	101
8.10 Tribunais e Juízes dos Estados.....	102
8.11 Poderes, deveres e responsabilidades do juiz	102
8.12 Impedimentos e suspeição do juiz.....	104
Capítulo 9 – Ministério Público	107
9.1 Introdução	107
9.2 Inquérito civil.....	112
9.3 Termo de ajuste de conduta.....	114
9.4 Ação civil pública	117
9.5 Atuação do Ministério Público no processo civil	119
Capítulo 10 – Advocacia e Defensoria Pública	122
10.1 Advocacia pública.....	122
10.1.1 Acordo em conflito judicial com a União.....	122

10.1.2	Dispensa e autorização de atos na Advocacia-Geral da União	124
10.1.3	Dispensa e autorização de atos na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.....	125
10.1.4	Transação resolutiva de litígio sobre cobrança de créditos da Fazenda Pública.....	128
10.2	Advocacia	131
10.3	Defensoria Pública.....	134
Capítulo 11 – Auxiliares da Justiça		138
11.1	Introdução.....	138
11.2	Escrivão, chefe de secretaria e oficial de justiça.....	138
11.3	Perito.....	140
11.4	Depositário e administrador	141
11.5	Intérprete e tradutor.....	142
11.6	Conciliadores e mediadores judiciais	142
Capítulo 12 – Jurisdição		146
12.1	Conceito	146
12.2	Escopos.....	149
Capítulo 13 – Competência		151
13.1	Conceito	151
13.2	Classificação da competência.....	152
13.2.1	Competência absoluta e relativa	152
13.2.2	Competência em razão da matéria, da pessoa, funcional, territorial e em razão do valor da causa	153
13.2.3	Competência civil e criminal.....	154
13.2.4	Competência comum e especial	155
13.2.5	Competência originária e recursal	155
13.2.6	Competência constitucional e legal.....	156
13.2.7	Competência de juízo	156
13.3	Limites da jurisdição nacional	159
13.4	Cooperação internacional.....	161
13.5	Competência interna.....	163
13.5.1	Disposições gerais	164
13.5.2	Competência da Justiça Federal	166
13.5.3	Competência da Justiça Estadual.....	169
13.5.4	Competência da Justiça do Trabalho	176
13.5.5	Competência dos Juizados Especiais Cíveis.....	179
13.5.6	Competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	182
13.5.7	Competência territorial	183

13.5.7.1	Ações fundadas em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis.....	184
13.5.7.2	Ações fundadas em direito real sobre imóveis.....	186
13.5.7.3	Ações de inventário, partilha, arrecadação, cumprimento de disposições de última vontade, impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e em que o espólio é réu.....	187
13.5.7.4	Ações em que o ausente é réu.....	187
13.5.7.5	Ações em que o incapaz é réu.....	188
13.5.7.6	Ações em que a União é parte.....	188
13.5.7.7	Ações em que o Estado ou o Distrito Federal é parte.....	192
13.5.7.8	Ações de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável...	193
13.5.7.9	Ação de alimentos.....	193
13.5.7.10	Ações em que pessoa jurídica é ré.....	193
13.5.7.11	Ações quanto a obrigações da agência ou sucursal....	193
13.5.7.12	Ações em que sociedade ou associação sem personalidade jurídica é ré.....	194
13.5.7.13	Ações sobre obrigação a ser cumprida.....	194
13.5.7.14	Ações sobre direitos previstos no Estatuto da Pessoa Idosa.....	194
13.5.7.15	Ações de reparação de dano praticado por serventia notarial ou de registro.....	195
13.5.7.16	Ações de reparação de dano.....	195
13.5.7.17	Ações em que administrador ou gestor de negócios alheios é réu.....	196
13.5.7.18	Ações de reparação de dano em razão de delito ou acidente de veículos e aeronaves.....	196
13.6	Modificação da competência.....	197
13.7	Prevenção.....	198
13.8	Foro de eleição.....	199
13.9	Alegação da incompetência.....	200
13.10	Prorrogação da competência relativa.....	201
13.11	Conflito de competência.....	201
Capítulo 14 – Ação		203
14.1	Natureza jurídica.....	203
14.2	Conceito.....	206
14.3	Elementos.....	207
14.4	Classificação.....	208
14.5	Condições da ação.....	210
14.6	Substituição processual.....	214

14.7	Perempção.....	220
14.8	Distribuição.....	220
Capítulo 15 – Processo.....		223
15.1	Conceito.....	223
15.2	Relação jurídica processual e procedimento.....	223
15.3	Pressupostos processuais.....	226
Capítulo 16 – Atos processuais.....		228
16.1	Conceito.....	228
16.2	Princípio da publicidade.....	228
16.3	Forma dos atos processuais.....	230
16.4	Negociação processual.....	231
16.5	Informatização do processo judicial.....	233
	16.5.1 Comunicação eletrônica dos atos processuais.....	234
	16.5.2 Processo eletrônico.....	236
16.6	Atos das partes.....	245
16.7	Atos do escrivão.....	246
16.8	Tempo.....	247
16.9	Lugar.....	248
Capítulo 17 – Prazos.....		249
17.1	Conceito.....	249
17.2	Dilação e suspensão dos prazos.....	249
17.3	Contagem dos prazos.....	251
17.4	Prazos para o juiz.....	254
17.5	Prazos para o serventuário.....	255
17.6	Prazos para a Fazenda Pública.....	255
17.7	Prazos para o Ministério Público.....	255
17.8	Prazos para a Defensoria Pública.....	256
17.9	Prazo para recurso.....	256
17.10	Preclusão.....	258
Capítulo 18 – Comunicação dos atos processuais.....		260
18.1	Introdução.....	260
18.2	Citação.....	260
18.3	Intimação.....	271
18.4	Cartas.....	274
18.5	Cooperação Nacional.....	275
Capítulo 19 – Nulidades.....		277
19.1	Conceito.....	277
19.2	Vícios dos atos processuais.....	278
19.3	Princípios das nulidades processuais.....	278

Capítulo 20 – Custo do processo	282
20.1 Abrangência	282
20.2 Despesas processuais.....	283
20.3 Honorários advocatícios	287
20.4 Gratuidade da justiça.....	310
Capítulo 21 – Partes	316
21.1 Sujeitos e partes processuais.....	316
21.2 Sucessão das partes.....	317
21.3 Capacidade processual.....	318
21.3.1 Capacidade de ser parte.....	318
21.3.2 Capacidade de estar em juízo	319
21.3.3 Capacidade postulatória.....	324
21.4 Deveres das partes e de seus procuradores	327
21.5 Responsabilidade das partes por dano processual	330
Capítulo 22 – Litisconsórcio	333
22.1 Conceito	333
22.2 Litisconsórcio ativo, passivo e misto	333
22.3 Litisconsórcio inicial e ulterior.....	333
22.4 Litisconsórcio necessário e facultativo	333
22.5 Litisconsórcio simples e unitário	337
Capítulo 23 – Intervenção de terceiros	341
23.1 Conceito	341
23.2 Classificação.....	342
23.3 Substituição do réu pela parte legítima.....	342
23.4 Assistência	343
23.5 Denúnciação da lide.....	345
23.6 Chamamento ao processo	348
23.7 Incidente de descon sideração da personalidade jurídica.....	349
23.8 <i>Amicus curiae</i>	354
23.9 Intervenção anômala da União	356
23.10 Intervenção anômala da pessoa jurídica de direito público	357
Capítulo 24 – Petição inicial	360
24.1 Requisitos	360
24.2 Pedido	365
24.3 Emenda da petição inicial	368
24.4 Indeferimento da petição inicial.....	368
24.5 Im procedência liminar do pedido.....	370

Capítulo 25 – Tutela provisória	374
25.1 Classificação.....	374
25.2 Disposições gerais	375
25.3 Tutela de urgência.....	378
25.4 Tutela antecipada antecedente.....	382
25.5 Tutela cautelar antecedente	385
25.6 Tutela da evidência	391
25.7 Tutela provisória em face da Fazenda Pública	393
25.8 Tutela provisória na sentença.....	397
Capítulo 26 – Respostas do réu	399
26.1 Introdução	399
26.2 Classificação.....	399
26.3 Contestação	400
26.4 Reconvenção	404
Capítulo 27 – Revelia	409
27.1 Conceito	409
27.2 Efeitos.....	410
27.3 Desdobramentos	411
Capítulo 28 – Fase ordinatória	417
28.1 Providências preliminares.....	417
28.2 Não incidência dos efeitos da revelia.....	417
28.3 Fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito.....	418
28.4 Alegações do réu.....	418
28.5 Julgamento conforme o estado do processo.....	418
28.6 Extinção do processo.....	419
28.7 Julgamento antecipado do mérito	420
28.8 Julgamento antecipado parcial do mérito.....	420
28.9 Saneamento e organização do processo.....	422
Capítulo 29 – Suspensão do processo	424
29.1 Introdução.....	424
29.2 Hipóteses.....	424
Capítulo 30 – Audiência	428
30.1 Princípio da oralidade	428
30.2 Audiência de instrução e julgamento.....	428
Capítulo 31 – Provas	432
31.1 Objeto da prova	432
31.2 Classificação.....	433

31.3	Ônus da prova	433
31.4	Valoração da prova	436
31.5	Produção antecipada da prova	437
31.6	Meios de prova	439
31.6.1.	Depoimento pessoal e interrogatório.....	442
31.6.1.1	Confissão	444
31.6.2	Documentos.....	445
31.6.2.1	Juntada.....	448
31.6.2.2	Documentos eletrônicos.....	449
31.6.2.3	Exibição de documento ou coisa	450
31.6.2.4	Arguição de falsidade.....	452
31.6.3	Ata notarial.....	453
31.6.4	Testemunhas.....	453
31.6.5	Perícia	459
31.6.6	Inspeção judicial.....	467
Capítulo 32 – Pronunciamentos do juiz		469
32.1	Espécies	469
32.2	Sentença.....	471
32.3	Efeitos da sentença.....	473
32.4	Sentença sobre emissão de declaração de vontade	474
32.5	Hipoteca judiciária.....	475
32.6	Elementos essenciais da sentença	475
32.7	Sentença líquida	478
32.8	Princípio da congruência.....	479
32.9	Relação jurídica condicional.....	480
32.10	Fato superveniente.....	480
32.11	Modificação da sentença.....	481
32.12	Ordem cronológica para proferir sentenças e acórdãos	482
Capítulo 33 – Coisa julgada		485
33.1	Conceito	485
33.2	Limites objetivos da coisa julgada	488
33.3	Coisa julgada e questão prejudicial.....	490
33.4	Limites subjetivos da coisa julgada.....	491
33.5	Coisa julgada nas relações jurídicas continuadas	492
33.6	Função positiva e função negativa da coisa julgada	495
33.7	Eficácia preclusiva da coisa julgada	496
33.8	Efeitos da sentença penal na jurisdição civil.....	498
Capítulo 34 – Recursos e processos nos tribunais		505
34.1	Introdução.....	505

34.2	Conceito	505
34.3	Natureza jurídica	505
34.4	Princípios	506
34.5	Classificação.....	509
34.6	Requisitos de admissibilidade.....	509
34.7	Juízo de mérito dos recursos	517
34.8	Efeitos dos recursos.....	517
34.9	Recurso adesivo.....	526
34.10	Apelação.....	527
34.11	Agravo de instrumento.....	530
34.12	Agravo interno.....	542
34.13	Embargos de declaração	544
34.14	Recurso ordinário	549
34.15	Recurso especial.....	550
34.16	Recurso extraordinário.....	555
34.17	Interposição do recurso extraordinário e do recurso especial.....	558
34.18	Efeitos do recurso especial e do recurso extraordinário.....	559
34.19	Procedimento no juízo recorrido	559
34.20	Interposição conjunta de recurso extraordinário e recurso especial ...	562
34.21	Julgamento do recurso extraordinário e do recurso especial.....	562
34.22	Repercussão geral no recurso extraordinário	564
34.23	Julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos.....	565
34.24	Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário	569
34.25	Embargos de divergência.....	571
34.26	Correição parcial.....	575
34.27	Reexame necessário	576
34.28	Incumbências do relator.....	577
34.29	Ordem dos processos no tribunal.....	578
34.30	Sustentação oral	580
34.31	Vícios sanáveis e conversão em diligência.....	581
34.32	Julgamento no tribunal	583
34.33	Técnica de julgamento em prosseguimento	585
34.34	Registro e publicação do acórdão.....	588
Capítulo 35 - Uniformização da jurisprudência		589
35.1	Introdução.....	589
35.2	Precedentes vinculantes	590
35.3	Reclamação.....	593
Capítulo 36 - Incidentes nos tribunais		599
36.1	Incidente de assunção de competência.....	599
36.2	Incidente de resolução de demandas repetitivas	600

36.3	Incidente de arguição de inconstitucionalidade	612
36.4	Conflito de competência	615
Capítulo 37 – Ação rescisória		617
37.1	Natureza jurídica	617
37.2	Cabimento	617
37.3	Competência	621
37.4	Legitimidade	622
37.5	Hipóteses de admissibilidade	624
37.6	Prazo	633
37.7	Procedimento	636
37.8	Depósito prévio	637
37.9	Decisão	639
37.10	Recurso	640
37.11	Ação declaratória de nulidade	640
Capítulo 38 – Homologação de decisão estrangeira		644
38.1	Competência	644
38.2	Natureza jurídica	644
38.3	Cooperação jurídica internacional	644
38.4	Homologação de decisão arbitral estrangeira	645
38.5	Eficácia da decisão estrangeira	647
38.6	Medidas de urgência no processo de homologação	647
38.7	Execução fiscal e divórcio consensual	647
38.8	Decisão estrangeira concessiva de medida de urgência	647
38.9	Requisitos para a homologação da decisão estrangeira	648
38.10	Execução da decisão estrangeira	650
Capítulo 39 – Liquidação		651
39.1	Natureza jurídica	651
39.2	Limites	652
39.3	Modalidades	652
39.4	Juros e correção monetária	656
Capítulo 40 – Cumprimento da sentença		664
40.1	Natureza jurídica	664
40.2	Procedimento	670
40.3	Partes	670
40.4	Intimação do executado	672
40.5	Relação jurídica sob condição ou termo	673
40.6	Títulos executivos judiciais	673
40.7	Competência	676
40.8	Protesto	676

40.9	Validade do procedimento	677
40.10	Cumprimento provisório da sentença de obrigação de pagar quantia certa.....	677
40.11	Cumprimento definitivo da sentença de obrigação de pagar quantia certa.....	681
40.12	Impugnação ao cumprimento da sentença	685
40.13	Cumprimento de sentença de obrigação de prestar alimentos.....	690
40.14	Cumprimento de sentença de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública.....	695
40.14.1	Abrangência.....	695
40.14.2	Precatório.....	698
40.14.3	Sequestro do valor.....	699
40.14.4	Créditos de natureza alimentícia.....	701
40.14.5	Obrigações de pequeno valor.....	701
40.14.6	Preferência	703
40.14.7	Compensação e oferta de créditos.....	704
40.14.8	Juros e correção monetária	705
40.14.9	Cessão	706
40.14.10	Comprometimento de receitas correntes líquidas.....	707
40.14.11	Acordo direto para pagamento de precatório de grande valor.....	708
40.14.12	Acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública.....	708
40.14.13	Procedimento.....	710
40.14.14	Cancelamento e expedição de novo requisitório.....	711
40.14.15	Amortização de dívidas de entes federativos	714
40.15	Cumprimento de sentença de obrigação de fazer ou de não fazer	714
40.16	Cumprimento de sentença de obrigação de entregar coisa.....	720
Capítulo 41 – Processo de execução.....		721
41.1	Natureza jurídica	721
41.2	Posturas do juiz na execução	722
41.3	Ato atentatório à dignidade da justiça	723
41.4	Desistência.....	724
41.5	Ressarcimento ao executado	724
41.6	Partes.....	724
41.7	Legitimidade ativa	725
41.8	Legitimidade passiva	727
41.9	Competência	729
41.10	Cadastros de inadimplentes	730
41.11	Títulos executivos extrajudiciais.....	730
41.12	Inadimplemento, certeza, exigibilidade e liquidez da obrigação.....	734
41.13	Responsabilidade patrimonial.....	735

41.14	Fraude à execução	738
41.15	Desconsideração da personalidade jurídica.....	744
41.16	Petição inicial.....	748
41.17	Obrigações alternativas.....	750
41.18	Nulidades e exceção de pré-executividade	750
41.19	Ineficácia.....	753
41.20	Execução pelo modo menos gravoso.....	753
41.21	Execução de entrega de coisa certa	754
41.22	Execução de entrega de coisa incerta	755
41.23	Execução de obrigação de fazer ou de não fazer	755
41.24	Execução de obrigação de fazer	755
41.25	Execução de obrigação de não fazer	756
41.26	Execução por quantia certa	756
41.26.1	Citação	757
41.26.2	Averbação da execução.....	759
41.26.3	Arresto	760
41.26.4	Penhora	760
41.26.5	Bens impenhoráveis.....	760
41.26.6	Ordem de preferência da penhora.....	774
41.26.7	Penhora de bem gravado por alienação fiduciária	777
41.26.8	Penhora de bem hipotecado.....	779
41.26.9	Auto e termo de penhora.....	782
41.26.10	Depósito do bem penhorado.....	782
41.26.11	Intimação do executado	784
41.26.12	Averbação da penhora	785
41.26.13	Lugar da penhora.....	785
41.26.14	Substituição do bem penhorado	787
41.26.15	Segunda penhora	788
41.26.16	Alienação antecipada	788
41.26.17	Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação finan- ceira.....	788
41.26.18	Penhora de créditos.....	789
41.26.19	Penhora das quotas ou das ações de sociedades personifica- das	790
41.26.20	Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de se- moventes	791
41.26.21	Penhora de percentual de faturamento de empresa	792
41.26.22	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel ...	792
41.26.23	Avaliação.....	793
41.26.24	Adjudicação	794
41.26.25	Alienação	796
41.26.26	Satisfação do crédito.....	802

41.27	Execução contra a Fazenda Pública	806
41.28	Execução de alimentos	807
41.29	Embargos à execução	807
41.30	Parcelamento da dívida	813
41.31	Suspensão do processo de execução	814
41.32	Extinção do processo de execução	817
41.33	Execução por quantia certa contra devedor insolvente	817
41.34	Reunião de execuções	821
41.35	Execução extrajudicial	826
Capítulo 42 – Procedimentos especiais		837
42.1	Introdução	837
42.2	Ação de consignação em pagamento	837
42.3	Ação de exigir contas	841
42.4	Ações possessórias	847
42.4.1	Manutenção e reintegração de posse	851
42.4.2	Litígio coletivo pela posse	853
42.4.3	Interdito proibitório	854
42.4.4	Medidas excepcionais em razão da emergência em saúde pública de importância nacional	855
42.5	Ação de divisão e demarcação de terras particulares	858
42.5.1	Demarcação	860
42.5.2	Divisão	862
42.6	Ação de dissolução parcial de sociedade	864
42.7	Inventário e partilha	867
42.7.1	Legitimidade para requerer o inventário	871
42.7.2	Inventariante e primeiras declarações	871
42.7.3	Citações e impugnações	873
42.7.4	Avaliação e cálculo do imposto	874
42.7.5	Colações	874
42.7.6	Sonegação	875
42.7.7	Pagamento das dívidas	876
42.7.8	Partilha	877
42.7.9	Arrolamento	882
42.7.10	Disposições comuns	884
42.8	Embargos de terceiro	885
42.9	Oposição	890
42.10	Habilitação	892
42.11	Ações de família	893
42.12	Ação monitória	895
42.13	Homologação do penhor legal	902
42.14	Regulação de avaria grossa	903
42.15	Restauração de autos	905

Capítulo 43 – Jurisdição voluntária	907
43.1 Conceito	907
43.2 Disposições gerais	908
43.3 Notificação e interpelação	913
43.4 Alienação judicial	914
43.5 Divórcio e separação consensuais, extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens do matrimônio.....	915
43.6 Testamentos e codicilos	917
43.7 Herança jacente.....	920
43.8 Bens dos ausentes	922
43.9 Coisas vagas.....	923
43.10 Interdição	924
43.10.1 Curatela da pessoa com deficiência	928
43.11 Disposições comuns à tutela e à curatela.....	930
43.12 Organização e fiscalização das fundações.....	931
43.13 Ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo	933
Capítulo 44 – Mandado de segurança	935
44.1 Cabimento.....	935
44.2 Prazo	938
44.3 Legitimidade.....	938
44.4 Competência	939
44.5 Procedimento.....	942
44.6 Mandado de segurança coletivo.....	949
Capítulo 45 – Habeas corpus	951
45.1 Cabimento.....	951
45.2 Competência	952
45.3 Procedimento.....	954
Capítulo 46 – Habeas data	956
46.1 Cabimento.....	956
46.2 Competência.....	956
46.3 Procedimento.....	957
Capítulo 47 – Mandado de Injunção	959
47.1 Cabimento.....	959
47.2 Legitimidade.....	959
47.3 Competência	959
47.4 Procedimento.....	960
47.5 Mandado de injunção coletivo	961

Capítulo 48 – Ação popular	962
48.1 Cabimento.....	962
48.2 Legitimidade.....	962
48.3 Competência.....	963
48.4 Procedimento.....	963
Capítulo 49 – Juizados Especiais Cíveis	967
49.1 Introdução.....	967
49.2 Fundamento constitucional e previsão legal.....	967
49.3 Princípios.....	968
49.4 Competência do Juizado Especial Cível Estadual.....	969
49.5 Competência do Juizado Especial Federal Cível.....	971
49.6 Competência do Juizado Especial da Fazenda Pública.....	972
49.7 Partes.....	973
49.8 Capacidade postulatória.....	974
49.9 Juiz, conciliadores e juízes leigos.....	975
49.10 Atos processuais e prazos.....	976
49.11 Petição inicial.....	976
49.12 Designação de sessão de conciliação.....	977
49.13 Tutela provisória.....	977
49.14 Citação e intimação.....	977
49.15 Revelia.....	979
49.16 Conciliação.....	979
49.17 Instrução e julgamento.....	980
49.18 Resposta do réu.....	981
49.19 Provas.....	981
49.20 Sentença.....	983
49.21 Recurso inominado.....	985
49.22 Agravo interno.....	986
49.23 Agravo de instrumento.....	986
49.24 Embargos de declaração.....	987
49.25 Pedido de uniformização de interpretação de lei federal.....	988
49.26 Pedido de uniformização de interpretação de lei.....	990
49.27 Não cabimento de recurso especial.....	991
49.28 Recurso extraordinário.....	991
49.29 Cumprimento da sentença nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais.....	992
49.30 Execução de título extrajudicial nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais.....	993
49.31 Cumprimento da sentença nos Juizados Especiais Federais Cíveis.....	993
49.32 Cumprimento da sentença nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	995
Capítulo 50 – Tutela jurisdicional coletiva	996
50.1 Origem.....	996
50.2 Relevância.....	996

50.3	Microsistema de processo coletivo	997
50.4	Direitos coletivos.....	999
50.5	Princípios	1003
50.6	Ação civil pública e ação civil coletiva.....	1005
50.7	Legitimidade.....	1006
50.8	Substituição processual.....	1013
50.9	Competência.....	1015
50.10	Liquidação	1017
50.11	Execução.....	1019
50.12	Litispendência	1026
50.13	Coisa julgada.....	1029
50.14	Abrangência territorial.....	1038
50.15	Despesas processuais.....	1043
50.16	Prescrição	1046
Capítulo 51 – Ação de improbidade administrativa.....		1047
51.1	Introdução.....	1047
51.2	Disposições gerais	1048
51.3	Atos de improbidade administrativa e sanções	1050
51.4	Procedimento administrativo e processo judicial.....	1053
51.5	Acordo de não persecução civil.....	1063
51.6	Prescrição	1063
Bibliografia.....		1067